

# O IMAGINÁRIO DA CARTA DE CAMINHA E SUA APROPRIAÇÃO PELO TURISMO<sup>1</sup>

**Autoras: Me. PACHECO, ISABEL MARIA DE JESUS  
SIMÕES, MARIA DE LOURDES NETTO<sup>2</sup>**

*Isto tomávamos nós nesse sentido, por assim o desejarmos. Pero Vaz de Caminha*

Reforçadas pelo *marketing* regional, as imagens da Carta ainda são percebidas no sul da Bahia associadas às manifestações culturais, turísticas e à visão identitária regional. Os quadros referenciais da mentalidade dos portugueses (imbricados aos dos indígenas e africanos), influenciaram na formação de uma sociedade brasileira multicultural. Até pouco tempo, as análises se dedicavam à predominância da influência do colonizador português na formação do povo brasileiro. Mais recentemente tem sido enfatizada a importância dos valores culturais indígenas e, especialmente, africanos como matrizes de maior influência no perfil social e cultural brasileiro. Os símbolos e imagens mentais reafirmam as sensações do paradisíaco, povoam as mentalidades projetando uma tendência de formatar, espetacularmente, a cultural para oferecê-la como produto turístico. Com base nessa constatação, a pesquisa objetiva analisar o imaginário da Carta de Pero Vaz Caminha e as manifestações culturais e turísticas a ela relacionadas, bem como, pontuar alguns dos impactos sócio-culturais provocados por esse imaginário na região da Costa do Descobrimento.

Toma-se para a análise interpretativa da Carta de Caminha atualizada por Henrique Campos Simões (1999) e para ilustrar exemplos das publicações do *marketing* turístico, que fomentam a indústria do turismo na região da Costa do Descobrimento, além de observações empíricas. *Marketing* aqui entendido no seu sentido amplo, como orientação e organização da gestão de uma empresa ou do perfil de um produto que se quer vender. O objetivo das técnicas do *marketing* é que o empreendimento receba retorno lucrativo à medida que satisfaça o cliente (COBRA, 1991). Utilizou-se, a propaganda como exemplo de uma das técnicas do *marketing* que é a publicidade. O *marketing* do destino turístico Costa do Descobrimento, mostra tendência em

---

<sup>1</sup> Artigo de parte da dissertação de mestrado pela UESC / UFBA. Publicada no site da UESC/ICER

<sup>2</sup> Dr.<sup>a</sup> em Estudos Portugueses e Pós-doutorado pela Universidade Nova de Lisboa – Memória e Representações Culturais. Coordenadora do ICER - - Grupo de Pesquisa Identidade Culturais e Expressões Regionais.

formatar o seu produto turístico utilizando o imaginário paradisíaco da Carta de Caminha como forma de atrair e satisfazer o visitante.

O primeiro documento, a Carta, é diretamente produzido no contexto do discurso narrativo, deixando vaziar as tradicionais idéias de uma latente expectativa por encontrar o paraíso na terra e dele usufruir. O segundo, as propagandas, produzidas em linguagem jornalística, documentária ou midiática, retratam a exploração das mesmas imagens expressas na Carta como forma de atrair visitantes para fruir do paraíso encontrado, com lucros, evidentemente, para os que exploram os segmentos a serviço desse usufruto. Os documentos selecionados serão tratados levando-se em conta suas especificidades e sua utilização pelo turismo não seu valor literário ou dos discursos midiáticos, mas a apropriação e o tratamento das imagens de suas narrativas.

O entendimento do imaginário situa-se no âmbito da Nova História (LE GOFF; NORA, 1995), que focaliza os novos objetos, novos problemas e novas abordagens e é aplicado aqui à Carta de Caminha, na percepção de que não só os fatos políticos e registros oficiais podem proporcionar a apreensão do processo histórico, mas também as representações mentais e simbólicas que fazem parte de uma determinada época. O imaginário investigado sob o olhar da História Nova pressupõe fazer novas perguntas ao mesmo e antigo documento, buscando entender a rede complexa das mentalidades e as representações coletivas. Mais que apenas pontuar o imaginário na Carta de Caminha, lança-se o olhar na extensão das construções e representações resistentes que ainda se projetam nas próprias visões do presente, como, por exemplo, no *marketing* turístico da região sul da Bahia.

Vale esclarecer alguns termos que são utilizados neste artigo, a saber: o sentido de *representação*, aqui, é o da interpretação e das configurações intelectuais da realidade, construídas por diferentes grupos sociais (VAINFAS, 1997). São idéias de coisas concretas ou abstratas que circulam no campo da cultura coletiva como referência da realidade percebida (TRINDADE, 1997). Interessa o conceito de representações como referenciais significativos, dos quais se serve a mente para vislumbrar a realidade. Os *simbolismos* estão inseridos nas representações mentais e serão tomados aqui como elementos contidos no imaginário.

Ao tratar do *imaginário*, o entendimento é de criação incessante e essencialmente indeterminada conforme diz Castoriadis: "O imaginário de que falo não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de "alguma coisa". Aquilo

que denominamos "realidade" e "racionalidade" são seus produtos" (CASTORIADIS, 2000. p. 13). Por *realidade* compreende-se uma leitura individual ou coletiva, sendo, portanto, uma construção de um dado momento. O conceito não descarta de que tal como a palavra "mentalidade", a palavra "imaginário" apresenta-se com um certo grau de indefinição que lhe confere uma parte do seu valor epistemológico, já que, assim, permite atravessar fronteiras e escapar às fragmentações. "É um conceito libertador, um instrumento que abre portas e janelas e nos leva a outras leituras, não mascaradas pelos rótulos convencionais das perigosas divisões da história" (LE GOFF, 1995, p. 31). De definição difícil, porém não inconsistente, acrescenta-se a observação complementar de que o imaginário é entendido como conjunto de todas as representações de experiências de todos os grupos sociais de cada cultura, de cada sociedade (LE GOFF, 2001).

É mister, ainda, definir o significado dos termos *sustentabilidade*, *cultura* e *turismo*. Partindo do pressuposto de que não existe turismo sem agressão ao meio ambiente, a cultura, as suas manifestações e até a formação da identidade, um dilema se estabelece entre as posturas de um turismo agressivo ou de um planejamento turístico que tente minimizar os impactos negativos. O estudo parte da premissa de que um turismo alternativo viável pode ser apoiado em estudos sob a perspectiva da *sustentabilidade*, aspecto importante numa atitude de preservação dos bens simbólicos. Felix Guattari (2001) sustenta que o processo de sobrevivência de uma sociedade requer repensar os valores no sentido de reorientar as atividades para direção e finalidades mais humana e orientada para uma responsabilidade e uma gestão mais coletiva. A concepção de sustentabilidade de Guattari desenvolve a articulação ético política entre as três ecologias: a do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade humana.

Por *cultura*, compreende-se sob o foco de identidade cultural e do lugar de pertencimento e, ainda, como todas as vivências das dinâmicas humanas (HALL, 2001). Embora se reconheça o processo de mudança pelo qual passam as concepções sobre identidade cultural, o estudo opta pelo entendimento do *hibridismo*, na acepção que lhe dispensa (CANCLINI, 2000), como fusão entre diferentes. Tal compreensão explica o atravessamento do imaginário dos colonizadores na visão do senso comum entre os grupos ou pessoas ligadas ao *marketing* turístico e as atividades culturais da Costa do Descobrimento.

Sobre o conceito de *turismo*, entende-se toda atividade social e econômica que inclua viagens, negócio ou lazer e consumo de bens e serviços para satisfação das necessidades básicas

e secundárias dos viajantes (LAGE; MILONE, 2000). Associado ao conceito de cultura, *turismo cultural* seria a combinação das manifestações autênticas do local ou da região, com serviços e infraestrutura para sua apresentação, promovida por moradores, profissionais ou administradores que, juntos, desenvolvem e formatam os produtos e as atividades turísticas (LUCAS, 2000). O turismo cultural é caracterizado pela motivação de entrar em contato com regiões que tenham história divulgada com suas tradições, manifestações culturais, artísticas e religiosas. O turismo é entendido da perspectiva cultural, conforme John Swarbrooke, quando assevera que isso “significa começar a maximizar conscientemente os benefícios econômicos, sociais e ambientais do turismo cultural para as comunidades locais” (SWARBROOKE, 2000, p. 40).

Neste trabalho se usa o termo descobrimento<sup>3</sup> no sentido de que os europeus, acharam a Américas habitada por outras culturas, a colonizaram provocando, involuntariamente, um hibridismo cultural. Descobrimento é utilizado na acepção de achamento, que quer dizer “aquilo que se sabia existir, mas não se sabia onde estava” (SIMÕES, 1999), desconhecia-se a localização exata, por isso a referência ao termo sempre aspeado. A reflexão pressupõe que o tratamento dado às imagens e ao imaginário da Carta de Caminha no *marketing* turístico tem caráter hegemônico, sem considerar as diversidades das visões dos grupos locais, suas diferenças e conflitos sociais. Por conseguinte, verificaram-se duas premissas: a) a influência do imaginário da Carta de Caminha na visão construída sobre as virtudes da região, da visão que os habitantes tem de si mesmos, de sua identidade cultural e do seu próprio imaginário; b) e a utilização acrítica desse imaginário da Carta nas atividades turísticas, nas propagandas para atrair turistas e os impactos que isso provoca.

Da Carta são selecionadas as representações mentais e os significados simbólicos a respeito da cultura, costumes, estética, natureza e a relação com o outro, encontrado no Novo Mundo (ELIADE, 1991). Estabelece-se o diálogo entre a Carta de Caminha e o imaginário coletivo do século XVI e o imaginário, símbolos e representações mentais sobre a Costa do Descobrimento encontrados em objetos do *marketing* turístico - *folders*, guia turístico, revistas, *CD-Rom*, vídeo - que se encontram anexados ao texto dissertativo. Analisa criticamente o tratamento dado às imagens sobre a região e suas potencialidades e como o *marketing* turístico usa o imaginário da Carta de Caminha, ressignificando-o. Consideram-se criticamente as

---

<sup>3</sup> Segundo Simões, “nos séculos XV e XVI, os substantivos “achamento” e “descobrimento” eram usados como sinônimos e no sentido de “achar” ou “descobrir”, o que se supõe mas não se conhece” (SIMÕES, 1999, p. 113).

repercussões da utilização das imagens da Carta de Caminha como atrativo do *marketing* turístico na Costa do Descobrimento. Consideram-se os impactos nas atividades turísticas, nos textos dos folhetos, e propagandas a respeito do potencial turístico divulgado, com imagens que reforçam antigas concepções dos europeus, especialmente dos portugueses, sobre a região.

## **A CARTA DE CAMINHA E SEU IMAGINÁRIO**

*Mas o essencial não é sonhar, hoje, com um prestígio de ontem ou de amanhã.  
É saber fazer a história de que temos hoje necessidade.* Jacques Le Goff e Pierre Nora

Caminha, como quaisquer homem, vale-se de representações para ler o que se descortinava ao seu redor, ou melhor, a “realidade exterior percebida” (TRINDADE, 1997, p. 25). Assim constrói suas interpretações baseadas nas imagens que tinha em sua mente, “obtidas pelas experiências visuais anteriores” e carregadas pela percepção de mundo e valores aos quais estava submetido (TRINDADE, 1997, p. 10). Vê-se nas narrativas da Carta os reflexos de valores, crenças, teorias, hábitos, religiosidade, ideologias, enfim, a mentalidade e o imaginário que Caminha transpira em seus registros sobre os povos encontrados na nova terra achada além do Atlântico.

A Carta de Pero Vaz de Caminha, como documento histórico, tomada como fonte das imagens que revelam o deslumbramento diante da terra, dos habitantes e das possibilidades de um paraíso a ser explorado, apresenta inúmeras imagens, incluídas no contexto dos “Mitos da Conquista”<sup>4</sup> que envolviam os portugueses quinhentistas. Vão desde as imagens míticas e ufanistas como paraíso terrestre, à inocência original, flagrada como prova desse paraíso, como suas riquezas abundantes, até as imagens do costumes, do outro, estéticas, lúdicas, com o exotismo das pinturas, adereços, gestos, danças, além da nudez, jovialidade e saúde dos corpos dos nativos, seu vigor e ausência de defeitos. As análises são pontuais, mas o suficiente para a aplicação analógica das imagens da Carta de Caminha com as semelhantes no imaginário construído sobre o Brasil e pelas imagens veiculadas nas propagandas turísticas. A Carta traz, como todo documento, a idéia do contexto histórico que o explica e elucida.

---

<sup>4</sup> Os chamados mitos da conquista, tal como o mito das descobertas, baseavam-se na ideologia de supremacia das sociedades greco-romanas-cristãs sobre os povos considerados pagãos. Alegava-se ser legítima a conquista alicerçada no princípio da necessidade de correção e castigo dos índios e pagãos pela idolatria e pecado contra a natureza. Projetam-se as descobertas e conquistas com um caráter mítico como cumprimento do “serviço de Deus”, tendo na catequese a justificativa ideológica para a vocação da dominação dos povos. (HOLANDA, 1994, p. 108).

Ao longo da História, a Carta de Caminha tem recebido várias leituras e atualizações. O resgate historiográfico da Carta de Caminha não é objetivo dessa pesquisa, cabe, entretanto, pontuar brevemente sua trajetória. Sabe-se que a Carta de Caminha, relato da semana em que passou a esquadra de Cabral em Porto Seguro, permaneceu sem divulgação até o século XIX, quando, segundo Antônio Baião e Jaime Cortesão, foi descoberta por José de Seabra e Silva guarda-mor da Torre do Tombo que fez da Carta uma cópia em 1773. No Brasil, foi publicada pela primeira vez pelo padre Manuel Aires de Casal em *Corografia Brasílica* (CASAL, 1817, p. 12-34). A edição de 1945 é mais acessível, segundo Paulo Roberto Pereira (1999), em “Os Três Únicos Testemunhos do Descobrimento” do Brasil. A partir das edições de Francisco Adolfo Varnhagen (1877), do filólogo João Ribeiro (1910), de Carolina Michaelis de Vasconcellos (1929 e 1939) e, especialmente, de Jaime Cortesão (1922, 1943, 1994), a Carta de Pero Vaz de Caminha recebeu variadas e abundantes publicações, transcrições, estudos, traduções e interpretações (PEREIRA, 1999, p. 61, 62). Algumas mais significativas tiveram destaque durante as comemorações dos quinhentos anos do Descobrimento do Brasil.

Por volta de 2000, Portugal fez ampla comemoração dos seus “descobrimientos” e, no Brasil, discutiu-se a chegada dos portugueses a essas terras. Esse fato reacendeu o interesse pela Carta de Caminha. Dentre as publicações significativas estão: a Revista sobre as Leituras da Carta de Pero Vaz de Caminha, edição da Editus – UESC; Edição Especial; *As Cartas do Brasil*, de Henrique Campos Simões; *O Achamento do Brasil* – a carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel (em quadrinhos), de Henrique Campos Simões e Reinaldo Rocha Gonzaga e a peça *O Auto do Descobrimento*, de Jorge de Souza Araújo. O grupo de teatro da UESC realizou várias concepções cênicas com artistas da região, como Pedro Matos, Márcia de Meneses e Ramayana Vargens, e que foram apresentadas por estudantes da UESC até o ano 2000.

Quanto a Caminha, é homem formado no clima histórico do século XVI e, como tal, sua mentalidade está fatalmente fincada na religiosidade, nos tormentos das visões de demônios e pecados, superstições e recalques morais. Ao mesmo tempo Caminha tinha uma atitude observadora, o que se revela na forma detalhista como descreveu certos episódios. Mas, ao mesmo tempo, seu espírito ambivalente, alimentado pelas utopias, mitos e visões de sua época, transborda na perplexidade diante de uma trama social tão distinta da sua. O contato com os valores de outrem causará irredutivelmente a ressignificação dos próprios valores de uma e de outra parte. É nesse contexto que a Carta de Caminha deve ser entendida.

## O imaginário da Carta

Inegavelmente, o imaginário da Carta de Caminha está ligado ao fim da Idade Média. Sabendo-se que, sendo o imaginário ligado às estruturas históricas de longa duração e que insere-se, não no tempo curto dos fatos, não no médio prazo das conjunturas dos fatores que circulam os fatos e os explicam, mas no tempo de longa duração, que muda lentamente a exemplo das estruturas mentais e do imaginário. Esse imaginário medieval encontra nos trilhos abertos para a modernidade uma forma de expressão mais forte. O forte espírito religioso, a livre associação do “real” e do “irreal”, o conflito entre o santo e o profano, a censura fraca da Igreja e a sensualidade invasora de povos desconhecidos. Tudo pode ser explorado no imaginário dessa Carta que abriga exemplos surpreendentes dessas imagens imbricadas da mente de Caminha. “Semelhante documentação, bem explorada e talvez exemplar, coloca de maneira nítida esse problema das relações entre a realidade social e sistema de representações, sobre o qual é possível construir a história do imaginário” (PATLAGEAN, 1990, p. 300).

O texto da Carta está carregado de uma construção ideológica, explícita ou implicitamente, mesmo considerando que Caminha tenta ater-se ao que viu como se reivindicasse a “imparcialidade” de um cientista. Impossível, porém, era livrar-se do subjetivo, condicionamento social, cultural e ideológico que torna a visão etnocêntrica, hegemônica e, por isso, redutora. O que tinha diante dos olhos era bem diferente do que o imaginário medieval sugeria a sua mente. No lugar dos mitos bestiais, monstros e caos, o escrivão viu seres humanos perfeitos e escreve: “nosso Senhor Ihe deu bons corpos e bons rostos como a bons homens”<sup>5</sup> (SIMÕES, 1999, p. 134); E ainda, “A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons narizes, bem feitos”. (*ibid*, 1999, p. 16). Em nenhum momento os chama de índios<sup>6</sup>, evitando o equívoco de Colombo, mas evidência a surpresa de encontrar gentes com algumas características diferentes das, supostamente, acreditadas.

As atitudes de etnocentrismo e eurocentrismo fazem Caminha recorrer a comparações constantes do que via com o que já conhecia de seu próprio grupo cultural. Historicamente, os nativos foram de inocentes a monstros, de anjos a demônios, de pacíficos a selvagens canibais, nas idealizações dos colonizadores, estrangeiros e visitantes. Caminha, por vezes, não se deixa

---

<sup>5</sup> Para todas as citações deste artigo utilizou-se a versão atualizada da Carta de Caminha como está publicada em *As Cartas do Brasil*, de Henrique Campos Simões (1999).

<sup>6</sup> Observa-se que na versão atualizada por Simões (1999, p. 132), aparece a palavra, *índio*, apesar de o termo não ser utilizado por Caminha.

vencer pelo espanto. Procurando uma linguagem comparativa para amenizar o impacto da visão do novo, com as referências cristalizadas na mente, procura ver na cultura inusitada, resquícios da sua própria cultura. Os impactos se sucedem. Depois da visão da exuberância da paisagem, da nudez dos habitantes, não de sua existência, já pressupostamente sabida, mas da nudez que os tornavam, diferencialmente, distantes da humanidade.

Conforme o próprio Caminha, ele não relata tudo, tenta ser o máximo veraz e honesto possível, dizendo apenas o que viu. Admite o julgamento dizendo que escreverá o que lhe pareceu, fazendo da lógica européia e dos quadros referenciais quinhentistas o parâmetro para este julgamento: “Entretanto, tome Vossa Alteza minha ignorância por boa vontade, a qual bem certo creia que, para aformosear nem afeiar, aqui não se há de pôr mais do que aquilo que vi e me pareceu” (*ibid*, p. 113). Caminha não consegue captar os valores do outro, os “antagonismos” lhe confundem e, embora reconheça beleza e formosura (*gentis*, rijos, limpos), assevera que está diante de povos desprovidos de humanidade completa. As conclusões e informações do escritor não resultam de convivência (a esquadra de Cabral permaneceu dez dias na região), mas de interpretação, ou melhor, de uma ordenação dos elementos captados por sinais, sons, gestos, comportamentos, em lugar da palavra, da convivência, da experimentação, do tempo para compreensão do que está por trás dos simulacros dos nativos. Portanto, apesar dos breves momentos festivos narrados por Caminha, o processo colonizador do futuro se encarregou de apagar de forma cruel essas amenidades. O que se processa é a aplicação, da parte de Caminha, da hegemonia dos seus critérios e valores sobre o outro desconhecido e para isso foi imposta a presença dos degredados entre os nativos, pois o intento de buscar informações estava além da tentativa de compreender os costumes desses.

O termo costume está hoje atrelado ao conceito de cultura, mas, para Caminha, a clareza era maior ao julgar os seus recentes conhecidos por seus costumes, que por sua cultura. Por costume entende-se como algo *sui generis*, singulares hábitos e ritos de um povo ou de um indivíduo (THOMPSON, 1998). No ponto de vista aqui assumido, chama-se de costume os significados, atitudes e valores que Caminha atribuiu aos nativos e como particularizou as relações sociais advindas desses significados. A saída encontrada por Caminha foi enquadrar tudo que via aos seus referenciais, assim, livrava-se das surpresas e de ter que admitir o desconhecimento e o inusitado não compreendido:

e andava todo por louçainha cheio de penas pegadas pelo corpo que parecia todo **assetado como São Sebastião** (SIMÕES, 1999, p. 121, grifo nosso). Os seus cabelos

são corredios e andavam tosquiados, de tosquia alta mais do que sobre-pente, de boa grandura e rapados até para cima das orelhas. (*ibid*, p. 117). e nisso me parece, ainda mais, que são como aves ou alimárias (animais) monteses, que lhe faz o ar melhor pena e melhor cabelo às mansas (*ibid*, p. 128).

O que Caminha observa atribui comparativamente aos costumes próprios de sua sociedade mercantilista, que não compreende os códigos contrários a isso, que não compreende a natureza humana destituída das suas formas de “consciência costumeira” de ver as coisas, conforme Thompson (1998, p. 23). Caminha usa de reducionismo mordaz e anacrônico quando se refere, por exemplo, ao “chefe” que passeava soberbamente na praia com adornos e plumas multicoloridas comparadas a “São Sebastião cheio de flechas”. Ao apontar a lisura e o corte dos cabelos, é clara a intenção para atestar o costume no que diz respeito à “tosquia alta” que os aproximam das espécies animais. De antemão, tudo que no costume desses nativos era estranho, deveria ser mudado e eles amansados. A ambigüidade que Caminha revela entre a admiração e a censura não apagava a pretensão de converter os costumes ao padrão da sua própria cultura:

Basta que até aqui como quer que eles se amansassem em alguma parte, logo de uma mão para outra se esquivavam como pardais de cevadouro (armadilha) e o homem não lhes ousa falar rijo para mais não se esquivarem, e tudo se passa como eles querem para bem os amansar (*ibid*, p. 128).

Caminha nem sequer tenta imaginar um valor, uma razão fora do seu particular referencial, sequer abraça a observação das soluções e comportamento dos nativos sem compará-los como inferiores ou superiores aos seus. Não ignorava, ao menos, a diversidade humana sob certos aspectos. Sabia-se de diferentes costumes e natureza e, embora a questão não fosse respeitada, já se descreviam povos que não tinham os costumes iguais aos europeus, embora isso fosse considerado barbarismo e tratado com espanto. E mesmo que Caminha considerasse o nativo um outro ser humano, não era humanidade plena como a deles. O etnocentrismo sequer é percebido por Caminha, nem por um vacilo se considerava o falso universalismo dos valores europeus.

Sobre a estética, quer seja um conceito conhecido ou não dos povos, faz parte da cultura, do modo de vida, do cotidiano, pois diz respeito à produção de seus objetos, vazão de criatividade, habilidade nata do ser humano. A atitude, ante a estética e gostos desconhecidos corre o risco de ser etnocêntrica, como no caso de Caminha. Com a mesma atitude de julgamento feita a tudo que estava vendo, Caminha elogia, mas acaba por vaticinar a inferioridade desses em relação a sua própria estética. Os nativos demonstravam que, apesar de serem uma sociedade tecnicamente diferente da dos portugueses, tinham as complexidades próprias de todas as formas

de cultura, como relações de poder, relações sociais, econômicas, valores estéticos e artísticos, seu próprio imaginário, representações e simbolismos, tudo que pressupõe uma sociedade no seu sentido completo, aspectos, evidentemente, nem de longe captados por Caminha:

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Tomou em uma almadia (canoa) dois mancebos e de bons corpos. Ambos traziam os beiços de baixo furados e metidos por eles ossos brancos. Traziam os beiços furados e uns buracos traziam uns espelhos de pau que pareciam espelhos de borracha. Queria vir com ele alguns, mas ele não quis senão dos mancebos dispostos e homens de prol (bem feiçoados, graciosos) (SIMÕES, 1999, p. 116, 120, 132).

Primeiramente, impactado por uma outra realidade, Caminha descreve com admiração os corpos e sua estética física e a esses atributos corporais considera bom, abusando da dicotomia, bom *versus* mau. Livrando-se do impacto da nudez com interpretações religiosas, direciona-a para a inocência que o deixa à vontade para descrever a pintura do corpo das nativas “bem feitas e redondinhas”; o nu foi o que mais lhe impressionava e o que não se escondia era perfeito. Caminha, diante do outro inusitado, vai e vem nas mesmas observações, parecendo querer convencer-se e ao seu leitor que estava diante de seus olhos um exemplar de beleza natural, mas não de uma nova estética artística e culturalmente tão valorosa quanto a sua e opta por reduzir ao fato de serem eles mais próximos dos animais que da civilidade:

Porque os corpos seus são tão limpos e tão gordos e tão formosos que não pode mais ser e isto me faz presumir que não tem casa nem morada em que se colham e o ar a que se criam os faz tais. E lá andavam outros, quartejados de cores, metade de sua própria e a outra metade de tinta negra, maneira azulada e outros quartejados d'estaque (quadriculados) (SIMÕES, 1999, p. 120). Galantes pintados de preto e vermelho e quartejados assim pelos corpos como pelas penas, que certo pareciam assim bem (*ibid*, p. 126, 128).

O que de inusitado ou inexplicável via não incita suas dúvidas ou indagações, ainda que não fosse possível ter respostas imediatas. A estética exposta de forma simples nas tintas, nos quadriculados e enfeites, não sinalizaram a Caminha a complexidade da sociedade encontrada, sua cultura e suas formas de artes. Não está longe do sentimento se tem, hoje, sobre o exótico das gentes tanto remanescentes dos nativos, como dos povos dos trópicos: belos, limpos, perfeitos, boa aparência, ingênuos, incapazes de alcançarem a verdadeira inteireza sem a tutela dos ditos civilizados. Mesmo nos momentos lúdicos, o comportamento dos nativos é ora elogiado, ora censurado, demonstrando a dualidade das visões românticas ou fatalistas que Caminha teve desse comportamento. Mas é ponto pacífico, porém, que a descrição do comportamento dos nativos, registra como o imaginário dos colonizadores criou possibilidades de construção das próprias

imagens que deram origem ao imaginário revivido hoje sem levar em conta a dramática imposição que lhe é inerente:

Levantaram muitos deles a tangeram como ou buzina e começaram a saltar e a dançar. (SIMÕES, 1999, p. 123). Levou consigo um gaiteiro nosso, com a sua gaita, e meteu-se com eles a dançar, tomando-se pelas mãos, e eles folgavam e riam e andavam com ele muito bem ao som da gaita Depois de dançarem, fez-lhes ali andando no chão muitas voltas ligeiras e salto real de que eles espantavam e riam e folgavam muitos. E conquanto, com aquilo, muito os segurou e afagou, tomavam logo uma esquiveza, como a monteses e foram-se para cima. (SIMÕES, 1999, p. 127).

Os festejos, o lúdico, as manifestações folclóricas e até a visão identitária, reinterpretada a partir dos registrados por Caminha, carregam as representações e os simbolismos dos colonizadores. A disposição para o lúdico que os nativos demonstravam, mais tarde seria canalizada para a assimilação dos ritos portugueses com a proibição dos folguedos de origem nativa. Mesmo nessa aparente descontração, não desaparece de Caminha a desconfiança de que aqueles humanos eram semelhantes mais a animais. Destaca Caminha: “De que tiro ser **gente bestial** e de pouco saber e por isso esquivos” (SIMÕES, 1999, p. 127, 128, grifo nosso). A diferença de comportamento é estigmatizada sem ao menos se considerar que a ausência de indulgência tinha raízes culturais e naturais. Era patente que a natureza, o grupo social e o seu modo de vida não correspondiam à lógica dos colonizadores, mas como referências culturais perfeitamente lógicas em si mesmas.

O texto de Caminha não apenas é rico em análises históricas, mas também pode servir a verificações de categorias múltiplas para a sociologia, psicologia, antropologia. A tendência é sempre ao reducionismo ou a não “positividade” dos costumes nativos numa clara ausência de alteridade (consideração positiva das diferenças do outro), que impede que o outro ensine e faça refletir sobre a legitimidade de sua própria cultura. O escrivão incorre em equívoco por atribuir significação à conduta e natureza dos nativos utilizando-se do senso comum para o seu julgamento.

Na sociedade de Caminha o outro próximo ou longínquo estava sempre em defasagem em função do seu etnocentrismo. A atitude de Caminha em relação a esse outro tem um sentimento de estranheza que é difícil ignorar. O mesmo sentimento se projeta de forma pragmática no modo como se fundamentou e se manifesta, hoje, a identidade nacional. O escrivão arrisca um jogo crítico à sua própria sociedade quando compara dizendo que a inocente nudez das nativas “era tão bem feita e tão redonda a sua vergonha, que ela não tinha”, com as mulheres portuguesas (SIMÕES 1999, p. 121). Era difícil para Caminha perceber o outro sem compará-lo a si mesmo e

tal questão possui diversas formas de debater-se, especialmente, a relação desse outro com o seu próprio grupo social ou em relação a um grupo social externo. Dificilmente consegue-se isto sem passar pela questão da valoração, da ética e estética em relação ao que se vê no encontro com o diferente. Apesar de se ter notícias de que este outro existia, pouco ou quase nada se sabia a seu respeito. Mas nunca na história a intensidade, como aconteceu no encontro dos habitantes das “Américas” e os europeus, proporcionara tantas possibilidades de análises. Primeiro, por ter sido um encontro imprevisível, com subsequente extermínio dessa outra cultura. Segundo, por estar a nossa identidade, indubitavelmente, ligada ao imaginário que estes europeus construíram a partir desse tal encontro (TODOROV, 1999, p. 6).

O outro (habitante, nativo) salta aos olhos não como uma cultura original e diferente da sua, mas como parte de um todo, da própria paisagem (rio, arvoredos, montes, homens, mulheres, como animais monteses, bestiais), tudo faz parte das mesmas referências que não levam em conta a propriedade cultural, os valores, a originalidade. O que ele percebe é a falta de costumes iguais aos seus, ritos, crenças, hierarquia e isso o leva a pensar que, apesar de estar diante de homens completos, esses homens estão em estágio anterior à sua própria humanidade modernista.

Caminha não atenta para a cultura material dos nativos, descreve-os apenas do ponto de vista da beleza física, admirável e formosa. As mesmas expressões ou similares são usadas para a natureza, refletindo, assim, as regras de descrições que não reconhecem estar diante de um grupo social com uma estrutura lógica que precisava ser compreendida. Mesmo quando evoca adjetivos que demonstram a generosidade dos nativos, Caminha os faz parecer mais ingênuos que generosos, mais submissos que cortesões. Sobre o outro, Caminha deixa antever superioridade e etnocentrismo exacerbado que contribuirá com a teoria e o mito do “bom selvagem”<sup>7</sup>, mas, que exclui os nativos de estarem ao mesmo nível dos europeus. O julgamento é egocêntrico que identifica aquele grupo social a partir dos quadros referenciais e valores gerais europeus, considerados, equivocadamente, como universais:

E segundo o que a mim e a todos pareceu, essa gente não lhe falece outra coisa para ser cristã, senão entenderem-nos, por que assim tomavam aquilo que nos viam fazer como nós mesmos, por onde pareceu a todos que nenhuma idolatria e adoração tem./ Ora veja Vossa Alteza, quem em tal inocência vive, ensinando-lhe o que para sua salvação pertence, se converterão ou não? (SIMÕES 1999, p. 137).

---

<sup>7</sup> O mito de que o selvagem vivia em estado de pureza edênico, vem do pensamento de Michel Montaigne (séc. XVI). Mais tarde o “bom selvagem” da teoria de Rousseau, recebe não só a contribuição de Caminha, como de outros cronistas e também de Colombo. Sabe-se que o mito do “bom selvagem” não suportaria por muito tempo a crueldade da colonização escravista imposta pela ideologia da inferioridade dos nativos.

Não é necessário ir muito longe para ver que se propagam, até hoje, as permissivas delícias que se pode desfrutar de uma sociedade fincada na licenciosidade social de todas as formas. Nos corpos expostos das mulheres, ou na nudez ética das nossas instituições, ainda somos, à parte os anacronismos, o paraíso tropical de Caminha que, desde aquele momento, não se ateu a compreender os valores que envolviam a estética dos nativos, apesar da simpatia pelo que via. A atitude era promover a exclusão dos costumes e a imposição de novas regras. Enfim todo encanto do narrador não é suficiente para impedir o propósito de modificar o que o encanta.

Dentre as concepções correntes na Idade Média, o “Paraíso Terreal”, o Éden, deveria existir em algum lugar do globo, e isso impregnava as narrativas das viagens reais ou ilusórias e impressionava pela descrição de riquezas inesgotáveis, fonte da juventude perene e exuberância de todas as suas paisagens. Ao se deparar com a estonteante Mata Atlântica, Caminha descreve-a com uma tonalidade de quem, se não encontrou o paraíso, estaria, no mínimo, próximo de suas fronteiras, “tal era a sua formosura, arvoredos, infinitude, altivez que fazia perder as vistas” (HOLANDA 1999, p.15). Certos mitos dos nativos corroboravam com esta mesma visão. Histórias de um sítio onde ninguém morre, onde deliciosos manjares sobejam para todos, que muitos grupos de nativos apresentavam com a “terra do sem mal”, embora não houvesse acordo de onde se localizaria este sítio. A lenda de inesgotáveis reservas de ouro e prata que havia neste lugar justificava a ânsia de Cabral e de seus companheiros de entender que os nativos falavam disso quando estiveram no navio:

e a terra por cima toda chã e muita cheia de arvoredos, de ponta aponta é toda praia plana e muito chã e muito formosa. Nos parece, do mar, muito grande porque, a entender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos, que nos parecia mui longa terra (SIMÕES, 1999, p. 138).

Porém um deles pôs olho no colar do Capitão a acenar com a mão para a terra, e depois para o colar, com que nos dizendo que havia em terra ouro. [...] e depois tirou-as e enrolou-as no braço e acenou para a terra e de novo para as contas e para o colar do Capitão, como que daria ouro por aquilo. Isto tomávamos nós nesse sentido, por assim o desejarmos. (*ibid*, p. 117, 118).

Os argumentos citados são ilustrativos para asseverar como Caminha representa, na sua visão, o imaginário corrente na sua época. Em relação à natureza, a Carta de Caminha ainda desperta interesse, pois não é possível desenvolver uma análise sobre a epistemologia das tradições euróicas e disfóricas da formação social brasileira e de sua natureza sem passar por seu texto. O deslumbramento posterior à narrativa de Caminha (cartas, crônicas, relatos, diários de viajantes), apesar da distância temporal, assemelha-se, na forma de escrever para chamar atenção

sobre o Brasil, àqueles para governantes e investidores, hoje para estrangeiros ainda investidores e viajantes, ainda, usufruidores. A exemplo disso, temos Pêro de Magalhães Gândavo, pioneiro em organizar informações sistemáticas sobre o Brasil e considerado propagador das terras brasileiras para incentivo da imigração:

A terra é mui deliciosa e fresca, vestida de mui alto e espesso arvoredado, regada com águas de muitas e preciosas ribeiras de que abundantemente participa toda terra, onde permanece sempre a verdura com aquela temperança da primavera que cá nos oferece Abril e Maio. Inversamente ao que acontece na Europa, as plantas não sofrem no inverno: a Providência proveu a uma natureza perfeita, rica ainda em gemas e metais preciosos. (GANDAVO, *s.d.* p. 82)

O padre Pereira, em 1860, escreve em carta aos padres de Portugal que, se houvesse Paraíso na Terra, seria no Brasil e que quem não quiser crer viesse experimentar (CALMON, 1942). Evidente que essa visão eufórica sempre foi entrecortada de pessimismo (visão disfórica) que passa por asseverar desde a condição de sub-raça brasileira até os exageros do mito de eterno fracasso, em tudo que diz respeito à realidade do Brasil. Por essas reflexões percebe-se a transversalidade do imaginário em quaisquer cortes históricos que se fizer da Carta de Caminha ou em quaisquer documentos (aqui compreendidos em toda a sua amplitude) desse mesmo teor. A Carta constitui-se um texto detentor de uma gama privilegiada de imagens, de reflexos da mentalidade, de representações mentais e simbolismos do século XV. E posteriormente, na conjuntura transitória do medievalismo, ou como diz Le Goff (1994, p. 22) “ainda extensão dele”, a Carta soma-se para a construção das próprias representações mentais atualmente ressignificadas nas imagens sobre o Brasil e nas manifestações culturais e turísticas da Costa do Descobrimento.

## **A CARTA DE CAMINHA E SUA APROPRIAÇÃO PELO TURISMO**

*O imaginário não foi derrotado no confronto com a racionalidade das imagens massificadas, produzidas para o consumo fácil, encontrando-se presente cada vez mais nas fantasias e projetos, nas idealizações dos indivíduos e em outras expressões simbólicas, religiosas ou leigas, que traduzem e constroem as suas emoções em um novo contexto imaginativo.* François Laplantine e Liana Trindade

É quase inevitável que o imaginário legado pelos colonizadores influencie, consideravelmente, as escolhas de representação da região da Costa do Descobrimento, e sejam utilizadas nas atividades do turismo. O problema é que essas imagens veiculadas evidenciam a fala do colonizador, quando demonstram que a grandeza fantástica da terra, a sensualidade, a hospitalidade, a cordialidade, a alegria das suas gentes e o inusitado das suas paisagens, fazendo-

se crer que o exotismo da natureza pressupõe ausência de exploração e conflito, tão presentes hoje quanto nas entrelinhas do relatório inaugural da visita da esquadra de Cabral ao sul da Bahia.

Entre as iniciativas para o desenvolvimento do turismo, o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR, junto a Bahiatursa, promovem políticas e estratégias de empreendimentos específicos para promover a atividade turística no Estado da Bahia. Uma dessas estratégias consiste em dividir o Estado em sete zonas turísticas, a saber: Costa dos Coqueiros, Bahia de Todos os Santos, Costa do Dendê, Chapada Diamantina, Costa do Cacau, Costa das Baleias, Costa do Descobrimento (Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, Arraial da Ajuda, Trancoso e Belmonte). Com a proximidade dos quinhentos anos do “Descobrimento”, período psicologicamente excitante, virada do milênio, o *marketing* tornou-se extremamente atrativo. Assim, a Carta de Caminha passará a desempenhar o papel de talismã e álibi para que a região projete-se definitivamente no *rank* dos destinos turísticos nacionais e internacionais.

Até os meados do século XX, Porto Seguro era apenas uma referência “abstrata” para os brasileiros do local onde Cabral aportou em 1500. Até os anos 80, Porto Seguro não se constituía um destino turístico, mas a partir da segunda metade da década de 90 uma movimentação singular começa a focalizar no sul da Bahia as atenções de muitos. A Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil aliada à organização similar em Portugal, aos interesses do Estado e de grupos locais, reforçam e promovem a turistização da região e a teatralização da chegada dos portugueses. Com os quinhentos anos dos Descobrimentos, cria-se um clima fértil para as manifestações intelectuais, reflexões, conflitos, contradições, construções e desconstruções desse momento histórico chamado (afora questionamentos) de “Descobrimento do Brasil”. Milhões foram investidos numa infra-estrutura de transportes rodoviários e aéreos, num parque hoteleiro fabuloso, na recuperação do centro histórico da parte colonial, monumentos, iniciativas de tombamento do patrimônio histórico da cidade, áreas de lazer, parques, etc. Tudo parecia perfeito: estrutura, apelo histórico, beleza natural, mar, mata, clima, cultura, imaginário, indígenas, terras para comprar, etc. Um desenvolvimento frenético com desapropriação de lugares, com profunda modificação da cidade e espetacularização histórico-cultural, era conduzido por aqueles que visam lucros imediatos. Também se identificam propostas de resgate cultural e histórico, que envolvem instituições sérias

e comprometidas com a manutenção sadia do meio ambiente, como por exemplo, no caso das iniciativas da UESC, IPHAN e outros.

### 3.2 A Carta de Caminha no *Marketing* Turístico

Os referenciais da Carta de Caminha são ressignificados e apropriados pelo *marketing* turístico com conotações próprias, e são usados sem que se questionem suas origens colonizadoras. As propagandas turísticas mantêm a mesma função com as mesmas imagens: a de encantar os estrangeiros e convencê-los que ali, continua sendo o Paraíso a disposição para ser aproveitado, e a despejarem suas divisas nos produtos turísticos oferecidos. Os exemplos das propagandas e do *marketing* que utilizam as imagens mentais e até transcrevem trechos da Carta de Caminha são inúmeros e estão espalhados por todas as partes da cidade, ventilados nas páginas de sites, guias turísticos, folders, vídeos, panfletos, museus, folhetos, mapas, quadros, monumentos etc.

Não há pudores nem vacilações em reprisar o encantamento de Caminha, em relação às virtudes da terra, natureza, dos habitantes, das culturas, dos mitos etc. “Chegamos ao paraíso” e “Divirta-se você está no paraíso” - anuncia o *Porto Seguro Sol guia de Informação Turística* (1996, p. 5 e 6). O bucolismo de Porto Seguro e adjacências é exaltado sem poupar adjetivos.

As leituras dessas propagandas excitam a imaginação, como provavelmente a Carta de Caminha fizera aos olhos dos europeus quinhentistas. O encantamento dos europeus - pela primeira vez, em contato com as Américas - era natural, pois diante do fantástico da natureza, fauna, flora, das gentes, dos sabores, cheiros e das cores, os sentidos não poderiam se conservar indiferentes. Atualmente, esse encantamento é reeditado numa sociedade pós-moderna em que os sentidos são bombardeados pelo espetáculo, que encantam os sentimentos, mas, não a ponto de não se perceber que a prioridade é a de se formatar tudo em *show*, para render audiência e divisas em detrimento ao que isso possa provocar (DEBORD, 1998).

Todos ficam encantados com a Costa do Descobrimento, no Sul da Bahia, onde o Brasil começou. Seja com as praias de Belmonte, seja com os índios de Santa Cruz da Cabralia, seja com a cidade de Porto Seguro, seu principal pólo, um destino completo para o turismo. <<http://www.portosegurotur.com.br>>

A associação Pataxó de Ecoturismo oferece ao visitante, passeios em trilhas na mata com guias índios que ensinam segredos da natureza, hábitos e costumes indígenas como o uso do arco e flecha. (TERRITÓRIO BRASILIS, *s.d.*)

O imaginário da Carta de Caminha se apresenta em linguagem fantasiosa para tornar história em teatro, com o intuito de vender a idéia da eterna receptividade e cordialidade dos

habitantes da região em relação aos estrangeiros. Os sentidos embotados pelo encantamento seduzem visitantes e habitantes, que em geral, acabam assimilando o imaginário dos colonizadores e a passividade dos colonizados, renunciando a contestação deixando-se conformar com o mesmo encanto pelo espetacularizado paraíso. Os conflitos, a exploração, a desigualdade, o purgatório flagrado nos mesmos locais parecem ilusórios, fora do foco até para os seus protagonistas. O convite é para o esquecimento dos conflitos.

Veja-se também o CD-Rom *Descubra Porto Seguro*, de Fausto Rodrigues de Almeida (2001), considerado pelo próprio autor um guia turístico, recheado de histórias, contos, mitos, folclore, fotos e mapas que, segundo o mesmo, apresenta e orienta o visitante para melhor desfrutar do paraíso que é a Costa do Descobrimento. Sem análise interpretativa ou crítica, listam-se informações históricas, monumentos e personagens do tempo da Capitania, festas comemorações, folclores, nomes de prefeitos, os Pataxó, outra parte lendas, poesias, hinos e contos, tudo disposto aleatoriamente. Manifesta representações mentais dos colonizados, indígenas e populares, carregados dos resquícios relidos do imaginário da Carta. Ora imagens dos indígenas dançando, em trajes adaptados, ora desfile das moças perfiladas, em trajes de banho. O discurso imagético ou textual de hoje bebe na mesma fonte de antes e tem semelhante objetivo: vender a imagem do paraíso desfrutável.

O videocassete da MT Vídeo Produções<sup>8</sup>, *Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia* corrobora com as mesmas cenas e imaginário corrente: “Venha ver o povo alegre e hospitaleiro” e desfila imagens alternadas de indígenas dançando e moças e rapazes em danças de “axé music” nas praias. O vídeo exhibe teatro feito por artistas na comemoração do “descobrimento”, com narrações adaptadas da Carta de Caminha, imagem do quadro da chamada Primeira Missa de Victor Meirelles, indígenas dançando, arquitetura, construções e ícones dos tempos coloniais. Enfatiza, ainda, as praias, anunciando: “Comece a desfrutar desse paraíso” e mostra moças e rapazes em performance que valoriza os corpos e a sensualidade. Cenas de capoeira sem alusão à cultura negra, gastronomia e artesanato, sem identificação de suas origens ou significados. É notória a ausência de reflexão sobre as transformações, mudanças ou diferenças ocorridas: índio dança, mas por quê? Para quê? O que significa? Pelo que ainda luta? Por que ainda tem o olhar distante? Tudo se produz para reforçar e provocar o imaginário e encantamento. Escamoteia-se toda manifestação dos grupos de moradores como protagonistas do espetáculo, quando se sabe

---

<sup>8</sup> Fita vendida aos turistas que fazem os passeios turísticos às praias de Porto Seguro. Adquirido em 25.01.2003.

que os lucros desses projetos estão, na sua maioria, nas mãos de um empresariado especulativo de fora da região. Caminha é um álibe sempre evocado para reforçar a representação:

Para aqueles que procuram sossego e tranquilidade a pedida são as praias do Apaga fogo, Araçaíbe, dos coqueiros, Taípe, que possuíam largas faixas de areia e imensas falésias, descritas na Carta de Pero Vaz de Caminha. Viva a história, a magia, a beleza e o encanto que a Costa do Descobrimento reserva para você. Visite Porto Seguro, o paraíso tropical (MT VÍDEO PRODUÇÕES, *s.d*).

A história é banalizada, as imagens e representações mentais produzidas têm como pressuposto a ausência de conflitos, dita os ritmos, as tradições; a cultura se reorganiza para mostrar-se. Não é mais o modo de vida autêntica dos moradores ou grupos locais que se faz cotidiano, mas o que se monta e desmonta acompanhando a sazonalidade da demanda turística. A sociedade do espetáculo se repete a si mesma e transforma os indivíduos em sujeitos passivos, esvaziando as individualidades e diferenças de leituras. As empresas da informação se aproveitam da desinformação e manipulam a atividade turística, deslocando-a dos grupos humanos e transmutando a cultura como produto de consumo para vender o que já se banalizou. Um exemplar, em especial, da Revista “Bahia Terra da Felicidade” (EMBRATUR, 1997), é aqui tomado devido ao seu caráter voltado para o *marketing* estrangeiro. A revista da Embratur versão em língua inglesa, utiliza expressões, formas e imagens semelhantes às da Carta de Caminha, mantendo as nuances e os resquícios daquele imaginário reforçado no texto propagandísticos e chega a reescrever as palavras do escritor com o mesmo intuito de exaltar as possibilidades de fruir a terra paradisíaca. Começando por seu título, **Bahia, terra da felicidade**, o texto é introduzido fazendo menção à própria Carta de Caminha sobre a “descoberta” do Éden :

*The famous Portuguese journalist, Pero Vaz de Caminha – which took part of Pedro Álvares Cabral’s squadron, its navigator and discoverer – enchanted with the scenery, wrote to the King of Portugal, telling in details in details about the charming discovered paradise. (EMBRATUR, 1997 p.2).*

O famoso escrivão português, Pero Vaz de Caminha – que fez parte da esquadra de Pedro Álvares Cabral, navegador e descobridor – encantado com paisagem, escreveu ao Rei de Portugal, contando em detalhes sobre os encantos do paraíso descoberto. (EMBRATUR, 1997, p. 2, tradução nossa).

Saltam aos olhos a apologia e a oferta de momentos repletos de satisfação ligada a um cenário tão harmonioso, que parece impossível acreditar que esse mesmo cenário tenha sido palco de um dos mais cruéis conflitos de expropriação dos antigos moradores e da invasão das reservas indígenas que continuam lutando contra a ocupação de suas terras. São similares representações com o propósito de atrair a atenção sobre uma terra pronta a ser desfrutada. Na

continuidade, a revista descreve a infra-estrutura montada para proporcionar satisfação ao visitante e todas as atividades que garantirão a maximização de seu prazer e ócio:

*The magic atmosphere which involves tourists today is the same that enchanted Portuguese visitors in 1500, at the first contacts with land and its inhabitants, Tupi Indian of Pataxó tribe. It can be detached beaches, coves, bays, cliffs, a lot of rivers and rivulets ever surrounded by groves of coco trees, mangroves and Atlantic rain Forest. Relax is the order word in this paradisiacal place. (ibid, p. 2).*

A atmosfera mágica que envolve turistas hoje é a mesma que encantou os visitantes portugueses em 1500, no primeiro contato com a terra e seus habitantes, índios Tupi da tribo Pataxó. Destacam-se as praias, cavernas, baías, penhascos e os muitos rios e riachos, contornados por coqueirais, manguezais e pela Mata Atlântica. Relaxar é a palavra de ordem para quem chega a este lugar paradisíaco (*ibid*, p. 2, tradução nossa).

Não entra em questão, aqui, a satisfação que esses lugares aprazíveis podem proporcionar aos visitantes. Antes, focaliza-se nesta análise como as imagens e o imaginário dos colonizadores na Carta de Caminha e do *marketing* turístico assemelham-se justamente para valorizar o produto turístico, evocando as mesmas visões hegemônicas e sensações descritas na Carta. Os escritos recentes reforçam o simbolismo do Éden para propagar a região. A Carta contém, na verdade, as estruturas da construção das imagens sobre o Brasil e, especificamente, sobre o sul da Bahia. O mesmo olhar estereotipado e generalizante é veiculado pelo *marketing* turístico, sem levar em conta a diversidade e os conflitos sociais que são protagonizados pelos habitantes dessa região.

O confronto entre as descrições contemporâneas da região e o texto de Pero Vaz de Caminha mostram, entre outros anacronismos, o fato das imagens serem reproduzidas sem indicações quanto às responsabilidades pela manutenção das paisagens naturais e, mais, sem atentar para a inclusão social que deveria está agregada aos serviços da atividade turística. Mesmo dirigida a um público que, se pressupõe mais consciente em relação à preservação ambiental, a preocupação sobre tais problemas não parece evidente, concluindo-se, assim, que o imaginário a serviço do turismo promove uma visão distorcida, ou pelo menos parcial, dos habitantes a da região da Costa do Descobrimento.

É preciso ainda muito para se garantir, antes de tudo, a liberdade de ser social e culturalmente o resultado de escolhas e responsabilidades abraçadas. Isso passa por ousar, imaginar, criar, viver e partilhar com o outro, seu igual, que aprende e ensina, modifica e é modificado. Deve-se garantir as relações entre as culturas que enriquecem e fazem enriquecer o cotidiano sem lhe “afear ou aformosear”, conscientemente, vendo, sentindo, respeitando, amando e preservando, o que há de mais precioso nas relações humanas, a vida em toda sua plenitude.

## CONCLUSÃO

*Deus quer, o homem sonha, a obra nasce. Deus quis que a terra fosse toda uma, Que o mar unisse, já não separasse. Sagrou-te, e foste desvendando a espuma.* Fernando Pessoa

O imaginário do texto da Carta de Caminha está presente explicitamente ou nas entrelinhas, no modo como o escritor compara, faz analogias sobre os costumes, estética, comportamentos e natureza dos episódios no contato com os nativos. A análise da Carta sobre o que “viu e lhe pareceu”, revelou uma atitude etnocêntrica. Ao observar o comportamento dos nativos, ficou evidenciado o olhar do escrivão, que julgava o povo que estava diante de si, em relação à proximidade ou distanciamento dos seus valores culturais, que reconhece traços de beleza, mas concentra-se nas falhas, admite as diferenças, mas enquanto lacunas a serem reparadas. A simples apropriação anacrônica das mesmas imagens, reforça a postura etnocêntrica. A manipulação dos meios de comunicação de massa, propaga imagens que interessam aos seus objetivos explorativos, sem considerar as implicações sociais disso. A terra e seus habitantes são mantidos sob um véu de exotismo que mascara os antagonismos, a fim de se vender um imaginário edênico reprisado caricaturalmente para exploração do turismo de massa.

Na região da Costa do Descobrimento, constatam-se nas atividades turísticas e nas manifestações locais, a apropriação desse imaginário cultural como produto a ser divulgado e maximizado para deleite dos visitantes. Um projeto turístico mais apurado não pode deixar de fora as implicações que isso pressupõe. Os corpos nus, os cabelos e dentes viçosos, a ingenuidade, a sensualidade, a cordialidade, a alegria hospitaleira, os folguedos, desfilam hoje nas propagandas das festas locais, com a mesma visão reducionista e generalizante dos “descobridores”. As diversas imagens da Carta de Caminha que, ainda hoje, marcam o imaginário dessa região, são notadamente hegemônicas. A Terra formosa de Caminha e a “terra da felicidade” da Embratur, corroboram com o mesmo fim. Os argumentos demonstram a similaridade de objetivos: a possibilidade e disponibilidade dos recursos humanos e naturais para satisfação dos que querem disso se apossar, momentânea ou permanentemente. Por trás dessa frase emblemática, tenta-se esconder todos os desmandos de um Estado em que a “felicidade” social é um ideal distante, quiçá inalcançável. A Bahia, cantada e divulgada, só é acessada por uma diminuta parte dos que podem pagar por isso.

Os discursos publicitários estão nos pacotes, nos catálogos de negócios e no *marketing* oficial das localidades onde o litoral é visto como aliado do desenvolvimento da região. Esses

exemplares de estratégia de comunicação objetivam informar e persuadir, com textos, ilustrações, fotos e filmagens, a vinda de turistas e, mais que isso, reforçar a idéia de que o sul da Bahia é mesmo o paraíso descrito desde o século XVI. Assimilado pelo turismo o imaginário da Carta de Caminha é apropriado com base na sua atitude eufórica; mas, para além disso, sem a responsabilidade com a autenticidade e sustentação do que oferece. Exemplos de história, cultura, belas praias, sol, artes, artesanatos, música, gastronomia não são uma exclusividade do Brasil e, se tudo isso não for acompanhado de infraestrutura adequada, controle de carga, qualificação profissional e qualidade de vida da sociedade, não haverá um destino turístico que se sustente a longo prazo. Ainda se imagina, como os portugueses, que isso aqui é inesgotável, natureza infinda que “em se plantando tudo dá” (na verdade essa expressão é uma paráfrase do que está na Carta que diz: “querendo a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem”). Tudo, sem se cogitar que aquela natureza está sendo depredada e desmatada e, juntamente, seus significados descaracterizados e desrespeitados.

Há necessidade, pois, de uma política de turismo, lazer e entretenimento voltada para o incentivo à cultura, as modalidades autênticas de vida, a restauração dos elementos originais que fazem parte da diversidade histórico-cultural na Costa do Descobrimento. Deve-se resgatar as categorias não apenas das cenas repetidas para uma platéia, mas repensar as relações dos visitantes e habitantes na preservação dos valores culturais, ambientais e humanos. Precisa-se pensar os grupos sociais mais populares da região, com direito a serem protagonistas da mesma essência de toda humanidade: o direito ao ócio, ao divertimento e ao lazer, dentre outras categorias da condição biológica e natural dos seres humanos.

Por causa do potencial de belezas naturais e história cultural *sui generis*, é natural que se pense no turismo como alternativa ao desenvolvimento da região, mas isso deve ser pensado de forma a garantir sustentabilidade na utilização desse potencial. É consenso que a Costa do Descobrimento tem a vantagem de ser a única região que pode usar a Carta como recurso, porque é o único lugar onde Caminha esteve efetivamente. Entretanto, corre o risco, nos projetos turísticos, de promover flagrante, ainda mais explícito, de uma visão romantizada e alienadora desse imaginário como produto comerciável e expropriado de seus significados culturais. Assim sendo, a região necessita superar as dificuldades para manutenção de um turismo cultural. Isso desenvolve uma tendência de se considerar os bens culturais como valor capital utilizada para observação turística. Sabe-se que os impactos do turismo podem ocorrer na comunidade

receptora de diversas formas, por exemplo, mudando hábitos, promovendo a especulação imobiliária, aumentando a produção artesanal, ressignificando o folclore, preservando ou mesmo resgatando modos de vida cotidianos. O mais significativo, porém, é o impacto cultural, em relação ao imaginário, que provoca até mesmo as ressignificações de identidade. Mas é possível estabelecer espaços para a crítica equilibrada, a fim de minimizar os equívocos e o maniqueísmo das visões românticas ou fatalistas que se propalam sobre a região sul baiana. É possível, do encontro desses povos, analisar como se manifestou o imaginário dos colonizadores e tentar não ignorar nem mascarar as reais possibilidades que emergiram da forma como se processou esse encontro das culturas que deu origem à sociedade brasileira.

A análise crítica sobre o turismo é hoje uma necessidade de primeira ordem. O saber turístico tem sido produzido por aqueles que estão vinculados, apenas, à produção e venda do turismo, são agentes que se contentam com a produção do lucro através da atividade. Entretanto, a importância da atividade para o mundo contemporâneo revela a necessidade de novos olhares para a construção do saber turístico. Cabe aos produtores dos conhecimentos a respeito da atividade direcionar a atividade turística para muito além da mera maximização dos lucros. Cabe elencar categorias de análise centradas nas discussões referentes às questões sociais, culturais e do meio ambiente; não apenas construindo uma retórica que vise atrair os turistas em busca do mito do paraíso. Discutir, também, como atrativo, a consciência de que a preservação do *habitat* planetário é essencial e isso constitui uma necessidade imperativa de sobrevivência da humanidade. A Costa do Descobrimento, exemplar de remanescente de Mata Atlântica, tem vantagens sobre áreas que já não dispõem do mesmo diferencial, mas com o crescimento desenfreado da especulação imobiliária, corre sério risco de descaracterizar esse diferencial.

Então, não se pode ignorar a necessidade de projetos que atendam às reais necessidades de mercado, mas a insistência diz respeito à mentalidade que vem se firmando cada vez mais, de que as fronteiras competitivas do turismo se estabelecem na medida em que os lugares otimizam o planejamento de novos espaços que levem em conta o êxito das empresas, mas também a satisfação das populações. Isso implica em mudanças profundas, desde a preparação de uma mentalidade para o turismo sustentável tanto no âmbito cultural como no natural, como também para que o turismo seja economicamente viável.

Embora resistente, a ideologia inaugurada por Caminha que se caracteriza pelo etnocentrismo e hegemonia, tem sido enfraquecida pelo despontar de outras representações, de

outras leituras, vozes cada vez mais lúcidas, como por exemplo os movimentos pelo respeito ao direito a cultura e a terra dos indígenas, o movimento das comunidades negras, as organizações não governamentais, a luta pelos direitos humanos, a inclusão e responsabilidade social das empresas que tendem a se maximizar até que produzam as mudanças no âmbito das mentalidades e por conseguinte das atividades econômicas e sociais dos locais. É mister aos projetos turísticos um contínuo espírito de vigilância para garantir a preservação do patrimônio cultural e natural, a sustentabilidade em todas as suas implicações, com atendimento aos habitantes locais e às suas demandas. Esses, habitantes como atores sociais de uma história de transformação, têm direito ao máximo de coerência com suas práticas e condições socioeconômicas de sobrevivência, e direito, como todos, a uma melhor qualidade de vida.

Nesse contexto, a pesquisa confirma o problema de que o imaginário na Carta de Caminha interfere hoje na mentalidade e identidade cultural dos grupos locais e, em especial, é utilizado de forma hegemônica pelas propagandas turísticas realizadas na Costa do Descobrimento. Não se considera a diversidade das visões dos grupos populares locais, suas diferenças e conflitos sociais, suas lutas por melhores condições de vida e as tramas que se escondem em uma região expropriada a quem, por longos anos, foi negada uma inserção social efetiva e digna da sua historicidade

Esse breve exercício quer se prestar, por suas análises, para fazer pensar o desenvolvimento de políticas de planejamento e estratégias que considere um turismo sustentável que passe pela valorização e preservação da cultura local e promova, com um mínimo de impacto, as ações culturais no sul da Bahia. Espera-se que os envolvidos optem por procedimentos e projetos de parcerias com empresas e órgãos oficiais, que administrem junto com os moradores locais, a sustentabilidade, o fluxo de turistas aos lugares considerados o berço do Brasil. Pois, querendo-se ou não, o imaginário continuará a fazer parte da vida de quaisquer grupos sociais. O imaginário não possui identidade isolada, se constrói a partir do cotidiano, das mudanças e permanências sociais dos povos e culturas. Alimenta sua existência tomando sua matéria das relações sociais em todos os níveis dos processos humanos, ressignificando constantemente seus símbolos, imagens e representações mentais através do tempo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fausto Rodrigues. **Descubra Porto Seguro: “Terra Mater do Brasil”**. Realização F.R. Comunicação e Publicidade Ltda. Edição do Milênio. Porto Seguro - Ba: 2001. 1 CD-ROM.

CALMON, Pedro. A Carta de Caminha. In: **A NOITE**. Rio de Janeiro: 1942.

CANCLINI, Garcia Nestor. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Ana Regina Lessa, Heloisa Pezza Cintrão. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

CASAL, Manuel Aires de. A Carta de Caminha. In: **Corografia Brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia. v. 1, p.12 - 34. 1817 (citada em PEREIRA, Paulo Roberto (org.). Os Três Únicos Testemunhos do Descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Larceda, 1999).

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Trad. Guy Reynaud. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COBRA, Marcos. **Plano Estratégico de Marketing**. São Paulo: Atlas. 1991.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

ELIADE, Mircea, **Imagens e Símbolos: ensaios sobre simbolismos mágico-religiosos**. Trad. Sonia Cristina Tamer. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **História da Província de Santa Cruz, (1576)**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil. [s.d].

GUATTARI, Felix. **As Três Ecologias**. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas. São Paulo: Papirus, 2001.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Lauro. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1999.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. (org). **Turismo: Teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LE GOFF, Jacques (dir.) **A História Nova**, Trad. Eduardo Brandão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LUCAS, Sonia Maria de Mattos. Turismo cultural no Vale do Paraíba: uma experiência histórica. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL 2**. Anais... Piracicaba, 2000.  
Turismo: novo caminho no espaço rural brasileiro. Piracicaba: Oliveira, Moura e Sgai. 2000.

MARTINS, Roberto. **500 Anos do Brasil**: Redescoberta de Porto Seguro: Porto Seguro ontem e hoje. Porto Seguro: Ed. Edmar C. Costa, 2000.

PATLAGEAN, Evelyne, A História do Imaginário. In: **A História Nova**, LE GOFF, Jacques (dir.) Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

PEREIRA, Paulo Roberto (org.). **Os Três Únicos Testemunhos do Descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Larceda, 1999.

**PORTO SEGURO SOL**. BAHIA TURSA. Ba. Ano I. n. 01, Porto Seguro - Bahia - Brasil. 1996. (guia de Informação Turística).

**PORTO SEGURO E SANTA CRUZ DE CABRÁLIA**. Produção Tom Alencar. MT Vídeo Produções. Porto Seguro - Ba. [s.d]. 1 videocassete (30 mim), VHS. Son., color. (adquirido em 2003).

**REVISTA BAHIA, LAND OF HAPPINESS**. Salvador – Ba: EMBRATUR, 1997.

SIMÕES, Henrique Campos. **As Cartas do Brasil**. Ilhéus: Editus, 1999.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável**: turismo cultural, ecossistema e ética. Trad. Saulo Krieger. Vol. 05. São Paulo: Aleph, 2000.

TERRITÓRIO BRASILIS. **Museu Aberto do Descobrimento**: Visite o presente e o passado. **Folder...** Apoio do Ministério da Cultura, e dos Correios e IPHAN (com tradução para o inglês e espanhol). Porto Seguro. [s.d].

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**. Trad. Rosana Eichenberg. São Paulo. Companhia das Letras. 1998.

TODOROV, Tzvetan. Carta a Santagel fev./março de 1493. In: **A Conquista da América: a questão do outro**. Trad. Beatriz Perrone Moisés. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TRINDADE, Liana Sálvia, François Laplantine. **O que é o imaginário**. São Paulo. Brasiliense, 1997. (Coleção Primeiros Passos, n. 309).

VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, Ciro Flamarion (org.) **Domínios da História**: ensaios de teorias e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil antes da sua separação de Portugal**. Comentários de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. Tomo I, 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1956.